

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

1996

UNIVERSIDADE DO MINHO



FEVEREIRO DE 1997

UNIVERSIDADE DO MINHO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

1996

**Relatório apresentado pelo
Reitor da Universidade do Minho
em Sessão Solene Comemorativa
do Dia da Universidade**

Fevereiro de 1997

NOTA DE ABERTURA

Na prossecução das metas programáticas estabelecidas pelos seus órgãos de Governo, a Universidade do Minho deu em 1996 alguns passos mais para a sua consolidação.

Dando continuidade a um percurso de crescimento sustentado, foram iniciados três novos cursos de licenciatura, dois dos quais, sediados em Guimarães, traduzem uma medida estruturante de reforço da presença da Escola de Ciências e do Instituto de Ciências Sociais neste pólo da Universidade. A aprovação do curso de Arquitectura, para início em Outubro próximo, inseriu-se na mesma linha de preocupações, reforçando assim as bases para o desenvolvimento de um núcleo universitário diversificado em Guimarães.

O número de alunos cresceu 9.4%, ultrapassando os 13 700, com uma incidência crescente de estudantes de pós-graduação. A qualificação do corpo docente foi reforçada, quer em número de doutores, quer pelos concursos para o quadro de professores que foram abertos, e os recentes desenvolvimentos quanto ao quadro de pessoal não-docente permitem antever uma melhoria qualitativa sem precedentes a nível da estabilização e valorização do corpo de funcionários.

A integração da Universidade tanto na Comunidade como nos sistemas universitários nacional e internacional continua a ser progressivamente reforçada. O Senado Universitário iniciou uma reflexão sobre este tema, que se prevê venha a culminar a breve prazo numa política

institucional de internacionalização claramente definida, bem compreendida e amplamente participada. Os programas de cooperação e mobilidade europeus, a cooperação com os países lusófonos, a adesão ao Programa COLUMBUS de cooperação com a América Latina, bem como a revitalização da AURN constituem vértices estratégicos do polígono multifacetado das redes de cooperação em que a Universidade se integra.

O rápido crescimento da Instituição justifica uma preocupação constante com a qualidade do ensino ministrado, da investigação desenvolvida e dos serviços especializados prestados. Assim, a Universidade tem vindo a desenvolver mecanismos de acompanhamento e de auto-avaliação, e tem participado activamente em programas de avaliação externa, sendo de salientar, em 1996, a avaliação das unidades de investigação por peritos internacionais e a realização das primeiras visitas por parte das comissões externas de avaliação do ensino, com a preparação dos correspondentes relatórios que serão brevemente tornados públicos. A participação, em regime de voluntariado, no "CRE Institutional Quality Audit Programme", permitiu uma melhor compreensão da dimensão institucional da Universidade do Minho e vai contribuir para uma abordagem integrada das políticas e das medidas orientadas para uma cultura de qualidade que cruze horizontalmente a Universidade.

A dimensão da Universidade do Minho e o elevado número e diversidade de actividades desenvolvidas nos seus vários níveis de intervenção não são compatíveis com um relatório de actividades único e exaustivo. Compete, pois, aos relatórios sectoriais das unidades orgânicas promover a discriminação do muito que têm realizado. Assim, o relatório do Reitor deverá limitar-se a apresentar os principais vectores de desenvolvimento da Instituição, quantificados na medida do possível por alguns indicadores de funcionamento, sintetizando a actuação global da Universidade e dando um contributo para a futura redacção da sua história.

1. CORPO DISCENTE

O número de vagas criadas para o concurso nacional de acesso de 1996 foi de 1 850, registando um acréscimo de 8.9% em relação às 1 685 vagas do ano anterior. Considerando as 225 vagas dos concursos locais para bachareis, o número de novos lugares cifrou-se em 2 075.

O aumento do *numerus clausus*, a entrada em funcionamento dos cursos de Biologia Aplicada, Física Tecnológica e Geografia e Planeamento e de um novo ano curricular em outros cursos a nível de Licenciatura, e o crescimento continuado de cursos de pós-graduação motivaram, uma vez mais, um acréscimo significativo do corpo discente. Assim, a Universidade conta, presentemente, com 13 702 alunos, o que representa um aumento de 9.3% em relação ao ano transacto. Os alunos de pós-graduação representam 7.0% do total de discentes e a percentagem de estudantes do sexo feminino é de 56.7%.

Através dos regimes de transferências e mudanças de curso e dos concursos especiais de ingresso continuou a verificar-se uma grande procura pelos cursos da Universidade, tendo sido admitidos, por essa via, cerca de 590 alunos, tendo ficado ainda por admitir 880 candidatos aos referidos regimes.

Verificou-se um grande acréscimo no número de diplomas emitidos, tendo terminado os seus cursos, no ano findo, um total de 1 429 estudantes, assim distribuídos:

- 56 nos cursos de Bacharelato;
- 350 nos cursos de Engenharia (inclui Informática de Gestão);
- 378 nos cursos de Licenciatura em Ensino;

- 70 nos restantes cursos de Ciências;
- 281 nos cursos de Relações Internacionais, Gestão, Administração, Sociologia e Comunicação Social;
- 35 no curso de Psicologia;
- 70 em CESEs;
- 35 nos cursos de Especialização;
- 154 nos cursos de Mestrado.

Desde o seu início, a Universidade do Minho concedeu 7 364 diplomas de graduação e 669 de pós-graduação, assim distribuídos:

- 523 em Bacharelatos (formação de professores e educadores);
- 1 844 nos cursos de Engenharia (inclui Informática de Gestão);
- 2 833 nos cursos de Licenciatura em Ensino;
- 1 406 nos cursos de Relações Internacionais, Gestão, Administração e Sociologia;
- 236 nos restantes cursos de Ciências;
- 35 no curso de Psicologia;
- 487 em CESEs;
- 210 nos cursos de Especialização;
- 459 graus de Mestre.

Para além do registo quantitativo e dos aspectos regulamentares, importa salientar também a consciencialização dos estudantes para os problemas de natureza pedagógica. As reuniões de delegados, promovidas pela Associação Académica, têm revelado uma boa dinâmica de

participação, sendo de registar a presença do Reitor, da Vice-Presidente do Conselho Académico e dos Presidentes dos Conselhos de Cursos em algumas dessas reuniões, correspondendo a convite formulado pelos delegados.

O trabalho desenvolvido pela Associação Académica da Universidade do Minho merece, como habitualmente, uma nota especial, tanto pela dinamização das actividades pedagógicas, culturais, desportivas e de prestação de serviços aos estudantes como pela projecção que tem vindo a adquirir no plano nacional. O facto de o Presidente da Federação Académica do Desporto Universitário ser aluno da Universidade do Minho traduz, na prática, o prestígio adquirido por esta academia.

Reconhecendo o valor desse trabalho, tem-se procurado, na medida das disponibilidades financeiras, apoiar as iniciativas da Associação Académica. A aquisição de mobiliário e equipamento para a sede da Associação Académica no pólo de Guimarães proporcionou condições de operacionalidade e dignidade de funcionamento que vão finalmente permitir uma vivência académica intensiva no edifício da antiga Escola do Magistério Primário.

Têm-se incentivado, igualmente, outras organizações sectoriais de estudantes, tendo sido reforçadas em 1996 as verbas para visitas de estudo e outras actividades organizadas no âmbito dos cursos.

2. PESSOAL DOCENTE E INVESTIGADOR

O recrutamento e formação de pessoal docente continuaram a merecer um planeamento cuidadoso. Em termos de gestão de pessoal e de progressão na carreira, registam-se os seguintes aspectos:

- a) efectuou-se, como habitualmente, uma planificação rigorosa do número de docentes a contratar para cada área disciplinar, de que resultaram 93 vagas, preenchidas em cerca de 79%; parte dessas vagas correspondem à exoneração de docentes que deixaram a carreira ou solicitaram transferência, bem como de vagas não preenchidas do ano anterior;
- b) os efectivos de pessoal docente aumentaram em 8.2%, elevando-se a 994 elementos, equivalentes a 878 unidades em tempo completo (considerando um monitor equivalente a 0.3 unidades em tempo completo), assim distribuídos:
- 739 docentes de carreira, dos quais 263 (35.6%) são doutorados;
 - 144 docentes convidados, correspondentes a 121 unidades em tempo completo, sendo 13 doutorados;
 - 61 monitores;
- c) não se contam na alínea anterior os quatro docentes requisitados que se dedicam exclusivamente à formação em exercício dos docentes dos ensinos básico e secundário;
- d) conta-se ainda com a colaboração de 13 docentes de outras instituições, a maioria doutorados, com serviço docente correspondente a 5.2 unidades em tempo completo; por sua vez, 9 docentes da Universidade do Minho, 8 dos quais são doutorados, estão em comissão de serviço, ou situação equivalente, em outras instituições, e 58 dos docentes em serviço efectivo prestam colaboração a outras instituições de ensino superior;
- e) incentivou-se a formação e promoção científica do pessoal docente:
- 144 docentes estão equiparados a bolseiro para preparação de provas (30.3% do pessoal docente não doutorado, de carreira);
- 31 assistentes estagiários realizaram provas de aptidão pedagógica e capacidade científica ou obtiveram o grau de mestre; 8 assistentes convidados obtiveram o grau de mestre;
 - realizaram-se 27 provas de doutoramento e foram concluídos 10 processos de equivalência a grau de doutor obtido no estrangeiro (4 doutoramentos e 2 equivalências dizem respeito a elementos exteriores à Universidade do Minho);
 - realizaram-se 5 provas de agregação;
 - foram concedidas 19 licenças sabáticas;
 - foi disponibilizada a verba de 37 000 contos do orçamento de Estado para acções de formação e intercâmbio;
 - foram providos 13 lugares de professor associado e 3 de professor catedrático.
 - foram abertos concursos para 30 lugares de professor associado e 10 lugares de professor catedrático;
 - estão aprovadas 138 bolsas de doutoramento pelo Programa PRODEP/Formação, para o período de 1995 a 1999;
- f) manteve-se uma estreita cooperação com outras Universidades na constituição de júris de provas académicas, tendo sido emitidos 190 pedidos de cooperação a outras instituições e autorizados 246 pedidos de cooperação de docentes da Universidade do Minho.

Em termos de rácios, e considerando unidades docentes equivalentes a tempo integral, apontam-se:

- 18.7 *discentes/docente em serviço efectivo*;
- 15.6 *discentes/docente*, considerando todo o corpo docente.

Na sequência da ampliação do quadro de professores, foi estabelecido um modelo de afectação de lugares pelas Escolas, consensualmente aceite pelas respectivas Presidências. Os Conselhos Científicos das Escolas promoveram a distribuição dos lugares pelos grupos disciplinares, criando as condições para o número elevado de concursos que foram abertos.

3. PESSOAL NÃO DOCENTE

Os efectivos de pessoal não docente aumentaram 4.5%, tendo o número de funcionários com vínculo à função pública diminuído 2.9%.

Dos 584 funcionários em serviço efectivo, 367 têm vínculo à função pública pela Universidade do Minho, estando 359 integrados no quadro e 8 em regime de contrato administrativo de provimento. Os restantes correspondem às seguintes situações funcionais:

- 2 funcionários requisitados e 2 destacados de outras instituições, estando, por sua vez, 7 funcionários da Universidade na situação de requisitados ou destacados em outras instituições e 2 em situação de licença sem vencimento;
- 170 em regime de contrato de trabalho a termo certo ou de aquisição de serviços por receitas gerais da Universidade;
- 43 em situação de vínculo precário por receitas de projectos específicos.

Em termos da estabilidade do corpo dos funcionários, foi finalmente aprovado, em 20 de Novembro, o diploma legal que estabelece

as normas de provimento no quadro definitivo do pessoal integrado no quadro provisório. De imediato se organizou o complexo processo administrativo de integração do pessoal no quadro, para envio ao Tribunal de Contas, considerando três situações distintas:

- o pessoal integrado na mesma categoria e carreira;
- o pessoal integrado em carreira diferente, do mesmo nível ou de nível superior, para adequação ao conteúdo funcional das tarefas efectivamente desempenhadas, com cumprimento dos requisitos habilitacionais exigidos;
- o pessoal integrado em carreira diferente, do mesmo nível, por efeito da criação de carreiras novas com designações mais ajustadas ao conteúdo funcional.

A delicadeza das situações enquadráveis no segundo dos pontos referidos exigia que as respectivas normas específicas se aplicassem dentro de critérios de absoluta equidade e justiça. Assim, através de medidas devidamente publicitadas, as unidades orgânicas foram amplamente envolvidas na identificação dos casos que poderiam merecer tratamento especial, bem como no acompanhamento do processo de decisão. Foi igualmente envolvido o corpo de funcionários, através de uma Comissão *Ad hoc* coordenada pelo Administrador e que integrou os Directores de Serviços, o Chefe de Repartição de Recursos Humanos, funcionários administrativos das Escolas, dois representantes da Associação dos Funcionários da Universidade do Minho e um jurista da Assessoria Jurídica. É de salientar o grande sentido de responsabilidade demonstrado por esta Comissão, que se debruçou em profundidade sobre as propostas de reconversão apresentadas pelas unidades orgânicas, fundamentando com rigor os pareceres emitidos, que foram homologados na íntegra.

Aguarda-se agora o visto do Tribunal de Contas para, logo a seguir, se proceder à abertura de um amplo conjunto de concursos de acesso e de ingresso, e ao preenchimento de lugares de chefia, dando corpo às legítimas aspirações de promoção e de estabilização do pessoal não docente.

Apesar da satisfação que a Universidade do Minho sente por ter vencido esta difícil batalha, de 23 anos, para ter aprovado e operacionalizado um quadro definitivo para o pessoal não docente, há dois aspectos que não podemos deixar de lamentar.

O primeiro tem a ver com a recusa, por parte da Secretaria de Estado da Administração Pública face a parecer da DGAP, em resolver no diploma das normas de provimento, como é habitual na aprovação das leis orgânicas dos Serviços, dez casos anómalos de grave injustiça resultantes do não cumprimento, por parte de sucessivos Governos, dos normativos e prazos previstos no Decreto-Lei nº 109/86. É com mágoa que se verifica a incapacidade do Estado em corrigir os seus próprios erros. Aos funcionários atingidos, a Universidade do Minho exprimiu já a sua solidariedade, bem como o apoio às formas de reclamação que, porventura, queiram promover.

A segunda questão respeita à demora na aprovação das normas de provimento. Foi necessário um período de um ano e meio para, a partir da publicação da Portaria que criou os lugares do quadro, ser publicado um diploma legal que se limita a transcrever as regras definidas pela legislação geral, mas que a burocracia exige que um diploma legal expressamente as aplique à fase de integração do pessoal no quadro. A Administração Central do Estado, agora como no passado, é inoperativa.

Como consequência desta demora, o ano de 1996 foi, ironicamente, um ano de paralisia quanto à abertura de concursos (foram abertos 7

concursos de ingresso e terminados 4), por ter que se trabalhar com um quadro provisório saturado apesar de o novo quadro estar aprovado desde Julho de 1995.

4. CURSOS

Na sequência das linhas orientadoras aprovadas pelo Senado Universitário, deu-se continuidade ao trabalho de acompanhamento, adaptação e renovação dos projectos de ensino, de que resultaram, nomeadamente:

- a) o início de funcionamento de três novos cursos de graduação, dois dos quais no pólo de Guimarães:
 - Licenciatura em Biologia Aplicada;
 - Licenciatura em Física Tecnológica;
 - Licenciatura em Geografia e Planeamento;
- b) estudos conducentes à aprovação, a curto prazo, do curso de Musicologia;
- c) a criação dos seguintes novos cursos:
 - Licenciatura em Arquitectura;
 - Licenciatura em Física Tecnológica;

- Mestrado em Contabilidade e Administração;
 - Mestrado em Educação Especial — Áreas de Especialização em:
 - Dificuldades de Aprendizagem;
 - Intervenção Educativa Precoc;
 - Mestrado em Engenharia de Polímeros — Áreas de Especialização em:
 - Tecnologia de Polímeros;
 - Projecto com Polímeros;
 - Mestrado em Filosofia;
 - Mestrado em Gestão e Economia da Saúde;
 - Especialização em Engenharia de Polímeros;
 - Especialização em Ensino da Química;
- d) a reestruturação dos cursos de:**
- Mestrado em Ciências do Ambiente — Áreas de Especialização em Ensino e em Qualidade Ambiental;
 - Mestrado em História e Cultura Medievais;
 - Mestrado em Matemática Computacional;
 - Mestrado em Química — Área de Especialização em Ensino;

- Especialização em Ensino de Ciências do Ambiente;
- Especialização em Produção Integrada por Computador;
- Especialização em Qualidade Ambiental.

Procedeu-se ainda à revisão das Resoluções que criaram os Cursos de Estudos Superiores Especializados em Educação Especial, Educação Física, Educação Infantil e Básica Inicial e Educação Musical, por forma a possibilitar e regulamentar a atribuição do grau de licenciado aos diplomados em que o DESE obtido forma um conjunto coerente de formação com o bacharelato precedente. Deu-se, por esta via, satisfação a uma aspiração justa dos detentores do diploma de estudos superiores especializados que, com grande esforço pessoal e em acumulação com as suas actividades profissionais, vieram à Universidade complementar a formação inicial obtida.

Deu-se sequência, em 1996, à avaliação sistemática do ensino ministrado, baseada em questionário respondido pelos alunos no âmbito das disciplinas que frequentam e em relação a todos os seus docentes. Através deste processo, avalia-se o ensino nas suas vertentes lectiva, da atitude do estudante perante as actividades escolares e da adequação dos aspectos organizativos e infraestruturais de suporte ao ensino.

Simultaneamente, procedeu-se a um levantamento estatístico do aproveitamento escolar, efectuado pelo docente de forma sistemática, complementado, quando necessário, por uma reflexão aprofundada tendo em vista a procura de soluções que contribuam para um melhor rendimento escolar.

Como forma de incentivo aos estudantes para um melhor aproveitamento escolar, atribuiu-se o Prémio de Mérito Escolar aos

estudantes que haviam transitado de ano com média não inferior a 14.0 valores e sem disciplinas em atraso. Foram contemplados 713 alunos, com referência ao ano de 1994/95, sendo a correspondente despesa, de valor superior a vinte e três mil contos, suportada pelas receitas das propinas.

5. INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O crescimento do corpo docente, o investimento feito na sua formação e a captação de receitas significativas para as actividades de investigação e desenvolvimento têm contribuído para uma melhoria qualitativa e quantitativa da produção científica da Universidade do Minho.

É de salientar a criação, em 1996, de dois novos Núcleos de Investigação — o Núcleo de Estudos de Direito, em Braga, e o Núcleo de Estudos de População e Sociedade, em Guimarães —, dentro da preocupação de, numa perspectiva estratégica institucional, garantir que cada um dos docentes/investigadores está integrado numa unidade de investigação.

Procurou-se, na medida do possível, dotar a investigação com os recursos financeiros necessários para garantir a todos os docentes o exercício do direito e do dever de praticar a investigação. Na candidatura ao concurso da JNICT para o financiamento plurianual das estruturas de investigação, os Centros da Universidade do Minho obtiveram um financiamento de 196 800 contos. A Universidade contribuiu também para as despesas básicas de funcionamento dos Centros, com uma verba de 134 500 contos saída do seu próprio orçamento.

Os investimentos feitos em infraestruturas de investigação, nomeadamente através dos Programas CIÊNCIA e PRAXIS, justificam a procura intensiva de fontes complementares para o financiamento da investigação e do ensino especializado. Os resultados obtidos em 1996 continuam a ser encorajadores, com a mobilização de cerca de 770 000 contos para financiamento de projectos de investigação e de formação especializada. É de registar, em particular, que estão presentemente atribuídas à Universidade 161 bolsas de doutoramento e 72 bolsas de mestrado no conjunto dos programas PRODEP, PRAXIS e da JNICT.

Também a extensão universitária constitui vertente privilegiada na Universidade do Minho. Assim, foram assinados 45 novos protocolos ou acordos com entidades exteriores, com vista à concretização de acções múltiplas de cooperação, consultadoria, apoio técnico e criação de instituições de *interface* Universidade-Empresa, a acrescentar aos anteriormente existentes.

As actividades de extensão universitária devem ser tendencialmente autofinanciáveis. Por conseguinte, os acordos firmados quase sempre incluem contrapartidas para a Universidade do Minho. No âmbito da prestação de serviços especializados, estiveram activos em 1996 um total de 108 contratos, cuja execução movimentou uma verba de cerca de 165 000 contos, dos quais 15 700 reverteram para receitas gerais da Universidade a título de componente institucional.

Estão presentemente activos 82 contratos com a JNICT, o Programa PRAXIS, a União Europeia e diversas empresas, relativos a I&D, e 85 contratos de Mobilidade Académica.

A questão da ligação da Universidade ao exterior e da captação de receitas próprias, designadamente a intervenção da instituição nos programas comunitários, tem merecido um acompanhamento muito especial por parte do respectivo pelouro específico a nível da equipa

reitoral. A matéria é objecto de um relatório próprio, a ser publicado separadamente, onde se descrevem, em detalhe, as acções desenvolvidas com o apoio institucional, bem como os financiamentos inerentes a cada uma.

A apresentação da candidatura da Universidade do Minho a um contrato institucional no âmbito do Programa Sócrates constituiu um momento privilegiado de reflexão sobre a política de internacionalização da Instituição. Para uma melhor coordenação das actividades incluídas no contrato institucional, foi nomeada uma Pró-reitora para coadjuvar o Vice-reitor do pelouro.

6. UNIDADES ORGÂNICAS

Compete às Unidades Orgânicas apresentar os respectivos relatórios de actividades. Assim, referencia-se apenas o papel fundamental que dada uma delas, em interligação com as demais, desempenha na prossecução dos objectivos e missão da Universidade.

As Escolas, através da actuação dos Departamentos e da acção de coordenação interdepartamental, têm como função principal assegurar o ensino, a investigação e a extensão universitária no respectivo âmbito científico. Tem-se procurado reforçar a capacidade de intervenção das Escolas, nomeadamente através de uma descentralização administrativa eficaz e responsabilizante, pelo que têm sido progressivamente alargadas as delegações de competências nos seus Presidentes. Têm aumentado também os recursos financeiros geridos directamente pelas Escolas, que totalizaram em 1996 cerca de 842 000 contos para despesas de

funcionamento cobertas pelas dotações do Estado (representando um acréscimo de 29%), nas quais se não incluem encargos com electricidade, água ou manutenção das instalações, para além das receitas próprias provenientes de projectos específicos.

Em termos de adaptação da estrutura orgânica da Universidade a novos domínios científicos, salientam-se a criação do Instituto de Estudos da Criança, em substituição do Centro de Formação de Professores e Educadores de Infância, e a nomeação da Comissão Instaladora do curso de Arquitectura, que tem igualmente o encargo de preparar o projecto de criação da futura Escola de Arquitectura.

As Unidades de Apoio continuaram a desenvolver, com eficácia e empenhamento, a sua função de apoio técnico e administrativo às actividades da Universidade. A operacionalização do novo quadro de pessoal não docente, que se encontra em curso, resolverá alguns dos problemas com que estas Unidades se debatem, em especial no que respeita às chefias.

Salienta-se, a terminar, a importante missão desempenhada pelas Unidades Culturais na sua relação com a Universidade e com a comunidade, mediante acções de intervenção no âmbito do apoio técnico, da formação, da investigação e desenvolvimento e da animação cultural e artística. A Universidade do Minho, numa manifestação de inequívoco apoio a estas suas unidades orgânicas, destina-lhes 10% dos efectivos de pessoal não docente e atribuiu-lhes em 1996 um orçamento global de 145 000 contos.

7. SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL

Os Serviços de Acção Social constituem uma unidade orgânica da Universidade do Minho, dotada de autonomia administrativa e financeira, com Conselho Administrativo próprio.

A melhoria e aperfeiçoamento do apoio prestado aos estudantes continuou a ser uma preocupação constante dos Serviços, por forma a corresponder ao acréscimo de solicitações resultantes da expansão da Universidade. A aplicação integral da receita das propinas (de anos anteriores e do valor simbólico cobrado em 1995/96) em infraestruturas de acção social, associada às dotações por parte do Estado, permitiu avanços significativos nesse domínio, de que se salientam:

- a conclusão dos arranjos exteriores do Restaurante Universitário do pólo de Guimarães;
- a conclusão dos arranjos exteriores dos blocos D e E em Santa Tecla;
- a conclusão do Bloco III do complexo residencial de Guimarães, com capacidade para 158 alunos;
- a continuação da construção de uma residência em Lamações, no pólo de Braga, com capacidade para 389 camas, a qual é comparticipada pelo FEDER;
- a conclusão do projecto e lançamento do concurso público para a construção do Restaurante Universitário do Campus de Gualtar, comparticipado em 75% pelo FEDER.

Em termos de indicadores de funcionamento, e antecipando dados que vão ser detalhados no relatório de actividades que os Serviços de Acção Social, como habitualmente, vão publicar, registou-se uma despesa global

de 1 723 754 contos, correspondendo 70% a despesas correntes e 30% a despesas de investimento, com a seguinte distribuição percentual no que se refere às despesas correntes:

• subsídios a estudantes	38.6%
• encargos com pessoal	19.8%
• géneros para bares e cantinas	24.2%
• alojamento	5.2%
• prémios e devolução de propinas	3.4%
• outras despesas de funcionamento	8.8%

As receitas próprias captadas pelos Serviços totalizaram 428 143 contos, o que representa 35.0% do orçamento de funcionamento (excluindo o investimento) e 62.3% das dotações do Estado, às quais há ainda a acrescentar 49 717 contos provenientes da cobrança de propinas. Sectorialmente, as receitas cobradas cobriram os encargos de funcionamento das cantinas em 55%, dos bares a 100% e do alojamento em cerca de 78%.

O orçamento da despesa global de funcionamento teve um aumento de 6.8% e o das receitas dos serviços prestados cresceu 6.1%. Os encargos com pessoal aumentaram 9.9%, tendo o pessoal passado de 138 para 146 unidades. Nos encargos com pessoal estão incluídos os pagamentos relativos a trabalho prestado por estudantes nas cantinas, bares e serviços de apoio administrativo, no montante de 10 308 contos.

O esforço feito no âmbito do apoio ao desporto universitário merece uma referência especial. A Divisão de Desporto e Cultura, integrada na estrutura orgânica dos Serviços, contou com um Técnico de Desporto que,

conjuntamente com a AAUM, dinamizou a prática do desporto na Universidade, quer em torneios internos, quer pela participação em provas organizadas pela Federação Académica do Desporto Universitário.

É de salientar, a este respeito, a inauguração do Pavilhão Desportivo, no qual funcionam, para além da Nave polivalente, classes de aeróbica, ginástica de manutenção, artes marciais, sala de musculação, skwash e sauna.

As despesas com o funcionamento do Pavilhão (sem incluir as de água e electricidade, pagas pelo orçamento da Universidade) e com o apoio ao Desporto cifraram-se em 16 319 contos, tendo sido gerada uma receita de 4 136 contos.

8. INSTALAÇÕES

Numa apreciação global às actividades do Gabinete das Instalações Definitivas, pode concluir-se que o ano de 1996 se caracterizou simultaneamente por um ritmo normal em execução e conclusão obras e por um ritmo lento na ultrapassagem das várias fases administrativas necessárias à adjudicação dos novos projectos. Espera-se que esta situação seja ultrapassada em 1997, de modo a que se iniciem as empreitadas previstas no plano de investimentos aprovado.

No Campus de Gualtar salientam-se os seguintes avanços:

- foi adjudicado e concluído o fornecimento e instalação dos equipamentos para o Pavilhão Desportivo;

Digitalizado por FCLB

- prosseguiu-se a execução da empreitada de construção do novo edifício da Escola de Engenharia;
- concluiu-se a execução da empreitada de construção do edifício onde ficam instalados a Escola de Economia e Gestão e o Departamento Autónomo de Direito;
- foi lançado concurso para o fornecimento e assentamento de mobiliário e equipamento para o referido edifício.

Foi ainda adjudicada a empreitada de construção do novo pólo da Biblioteca Pública de Braga, por reconstrução do edifício do antigo Albergue Distrital.

A preparação de novos projectos, na sequência da aprovação dos planos de desenvolvimento da Universidade do Minho até 1999, constituiu uma das principais preocupações. Assim:

- foi concluído o processo de concurso limitado por prévia qualificação para a elaboração dos projectos do edifício de Ciências de Educação e de um novo edifício para as Escolas de Engenharia, em Braga, e dos edifícios para as Ciências Sociais e a Arquitectura e um novo edifício para a Engenharia, no pólo de Guimarães, tendo sido adjudicados quatro desses projectos;
- foi aprovado o Plano Geral do Campus de Gualtar e iniciou-se a elaboração do projecto de Infraestruturas da 2ª Fase do Campus;
- foi concluída a elaboração do programa preliminar para o Plano Geral do Campus de Azurém.

O ritmo elevado de preparação de obras levanta alguns problemas críticos de aquisição de terrenos, cujas negociações se têm revelado muito difíceis. Estão, conseqüentemente, a ser desencadeados processos de posse administrativa de terrenos, questão esta que vai continuar a merecer tratamento prioritário.

9. ORÇAMENTO

O orçamento da Universidade do Minho em 1996 atingiu o valor global de 7 225 765 contos em termos da dotação do Estado, obtido a partir das seguintes componentes:

- uma dotação inicial de 6 663 142 contos;
- dotações adicionais, nos valores de 183 031 contos, correspondente aos encargos com os aumentos de vencimentos na função pública, e de 172 877 contos, relativo à revalorização salarial do pessoal docente;
- dotação de 8 283 contos para encargos de pessoal investigador do ex-INIC, integrado na Universidade;
- dotação de 16 460 contos para a profissionalização em serviço;
- dotação de 171 593 contos pela medida do PRODEP/Qualidade, parcela esta que constitui parte integrante do plafond orçamental determinado pela fórmula de financiamento;
- dotação especial de 10 379 contos para despesas com a avaliação dos cursos.

À dotação do Estado acresce a verba de 1 222 338 contos correspondentes a despesas por contas de ordem, perfazendo a dotação global do OE de 8 448 103 contos.

A nível do PIDDAC, a dotação corrigida foi de 376 566 contos, a que acresce um saldo de 1995 de 757 495 contos, transitando por sua vez para 1997 um saldo de 431 376 contos resultante de atrasos em empreitadas cujos processos estão, entretanto, em curso, absorvendo a curto prazo o referido saldo.

A gestão orçamental da Universidade continuou a reflectir uma acentuada descentralização nas unidades orgânicas. As verbas directamente geridas pelas unidades orgânicas (que não incluem despesas com pessoal, água, luz e manutenção das instalações) totalizaram cerca de 1 275 000 contos, traduzindo um crescimento de 17.5% em relação ao ano anterior.

Os índices de funcionamento registaram os valores a seguir indicados:

- na componente de dotação do Estado, as despesas de pessoal representaram 71.0%, as despesas de funcionamento 21.8% e as despesas de capital 7.2%;
- as despesas globais com pessoal, incluindo as aquisições de serviços por dotações do Estado e os contratos pagos por receitas próprias, representam 74.7% das dotações do Estado;
- considerando a despesa global no OE (dotação de Estado e contas de ordem), as despesas globais com pessoal representam 67.3%, as despesas de funcionamento 23.2% e as despesas de capital 9.5%.
- em termos do orçamento global da Universidade (OE + PIDDAC incluindo o FEDER), a componente de investimento representa 20.5%.

NOTA DE FECHO

Os indicadores e observações avançados no relatório apresentam uma imagem global da forma como a Universidade do Minho se está a desenvolver, perspectivando as suas potencialidades e as suas limitações.

A Universidade foi recentemente dotada de alguns instrumentos fundamentais para a sua consolidação, nomeadamente no que respeita aos quadros de pessoal, o que faz antever uma motivação reforçada por parte de todos os elementos que a integram. As condições de funcionamento, que têm vindo progressivamente a melhorar, contribuirão também para uma vivência mais agradável nos *Campus* e reflectir-se-ão numa melhor eficácia e produtividade científica e pedagógica.

As medidas adoptadas para a gestão e o controlo da qualidade nos diversos níveis de intervenção constituem passos importantes para a interiorização de uma *cultura de qualidade* que deve nortear a Universidade.

A Universidade do Minho está, pois, preparada para prosseguir os seus desígnios, dentro das linhas de desenvolvimento estratégico aprovadas pelo Senado, numa perspectiva de permanente abertura à Comunidade.

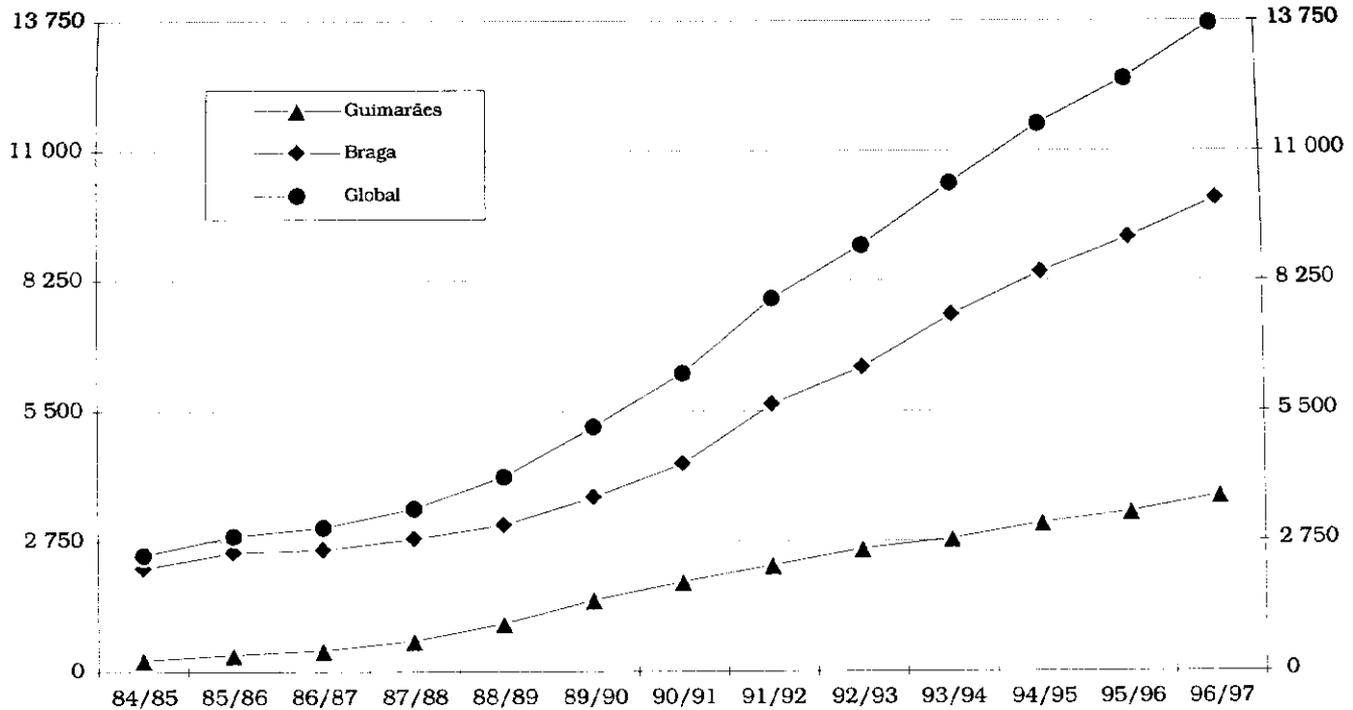
Universidade do Minho, 17 de Fevereiro de 1997.

ANEXO I

EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE

EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE

alunos



NÚMERO DE ALUNOS POR PÓLO E N° DE LICENCIADOS

Ano	Braga	Guimarães	Total	N. Clausus	Diplomados*
<1984/85					575
1984/85	2 191	257	2 448	390	224
1985/86	2 504	359	2 863	414	231
1986/87	2 569	463	3 032	467	258
1987/88	2 798	648	3 446	619	302
1988/89	3 094	1 012	4 106	749	271
1989/90	3 665	1 503	5 168	1 040	339
1990/91	4 384	1 900	6 284	1 130	448
1991/92	5 636	2 246	7 882	1 450	580
1992/93	6 421	2 587	9 008	1 375	844
1993/94	7 524	2 797	10 321	1 799	889
1994/95	8 442	3 132	11 574	1 730	1 163
1995/96	9 171	3 358	12 529	1 910	1 240
1996/97	9 985	3 717	13 702	2 075	

* - Não inclui os diplomas de pós-graduação.

ANEXO I I

EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL

1985 — 1996

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA U. M.

Ano fiscal	----- Orçamento ordinário (OE) -----					----- FIDDAC ----- (inclui FEDER)			DOTAÇÃO GLOBAL: OE + + FIDDAC	Índice de Investimento (%)
	-- Despesas correntes --					D. Corr.	Capital	Total		
	Pessoal	Funcion.	Total	Capital	TOTAL					
1985	427 935 67.8 %	91 465 14.5 %	519 400 82.3 %	111 395 17.7 %	630 795	12 610	127 499	140 109	770 904	32.6 %
1986	596 904 63.0 %	232 757 24.6 %	829 661 87.6 %	117 194 12.4 %	946 855	43 100	366 888	409 988	1 356 843	38.9 %
1987	870 145 71.2 %	197 855 16.2 %	1 068 000 87.4 %	153 300 12.6 %	1 221 300	8 000	491 800	499 800	1 721 100	37.9 %
1988	1 125 879 73.9 %	273 154 17.9 %	1 399 033 91.8 %	124 250 8.2 %	1 523 283	10 650	814 037	824 687	2 347 970	40.4 %
1989	1 492 996 74.6 %	328 966 16.4 %	1 821 962 91.0 %	179 866 9.0 %	2 001 828	7 200	932 773	939 973	2 941 801	38.1 %
1990	1 929 194 69.0 %	644 067 23.0 %	2 573 261 92.0 %	222 299 8.0 %	2 795 560	12 500	669 500	682 000	3 477 560	26.0 %
1991	2 518 185 69.8 %	824 330 22.8 %	3 342 515 92.6 %	266 330 7.4 %	3 608 845	77 585	1 226 049	1 303 634	4 912 479	32.0 %
1992	3 126 085 65.8 %	1 155 887 24.7 %	4 281 972 91.4 %	401 206 8.6 %	4 683 178	60 325	1 961 655	2 021 980	6 705 158	36.1 %
1993	3 525 174 68.4 %	1 169 913 22.7 %	4 695 087 91.1 %	460 575 8.9 %	5 155 662	48 990	1 653 513	1 702 503	6 858 165	31.5 %
1994	3 911 797 70.2 %	1 215 123 21.8 %	5 126 920 92.0 %	445 000 8.0 %	5 571 920	28 241	1 010 684	1 038 925	6 610 845	22.4 %
1995	4 448 511 72.6 %	1 218 984 19.9 %	5 667 495 92.5 %	461 621 7.5 %	6 129 116	8 755	703 214	711 969	6 841 085	17.2 %
1996	5 156 055 63.6 %	2 184 616 26.9 %	7 340 671 90.5 %	771 575 9.5 %	8 112 246		1 124 367	1 124 367	9 236 613	20.5 %

UNIVERSIDADE DO MINHO - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO POR ALUNO

Ano	Alunos (a)	Dot. Estado (b) (contos)	Dot./aluno (contos)	Índices de custos			Orçamento corrigido		Dotação/aluno (corrigida) (Evolução percentual)	
				no ano (c)	específico (d)	acumul. (base-85)	(base-85)	(ano ant.)	(base-85)	(ref. ano ant.)
1985	2 448	622 808	254	22.6%			1.00		1.00	
1986	2 863	927 855	324	19.5%		19.5%	1.25	1.25	1.07	1.07
1987	3 032	1 184 300	391	14.2%	7.0%	44.8%	1.31	1.05	1.06	0.99
1988	3 446	1 493 283	433	9.5%	11.3%	75.0%	1.37	1.04	0.97	0.92
1989	4 106	1 971 828	480	10.0%	4.9%	101.0%	1.57	1.15	0.94	0.96
1990	5 168	2 730 061	528	13.0%		127.2%	1.93	1.23	0.91	0.97
1991	6 284	3 558 845	566	13.5%		157.8%	2.22	1.15	0.86	0.94
1992	7 882	4 599 972	584	10.0%		183.6%	2.60	1.18	0.81	0.94
1993	9 008	5 024 257	558	6.8%		202.9%	2.66	1.02	0.72	0.89
1994	10 321	5 486 920	532	3.8%		214.3%	2.80	1.05	0.66	0.92
1995	11 574	6 067 495	524	4.4%		228.0%	2.97	1.06	0.63	0.94
1996	12 529	7 045 200	562	4.0%	2.2%	248.6%	3.25	1.09	0.63	1.01

(a) - Correspondentes ao último trimestre do ano anterior.

(b) - Só dotação do Estado. Exclui receitas próprias.

(c) - Índices oficiais de preços.

(d) - Efeito dos seguintes factores específicos, com incidência cumulativa nos encargos das Universidades:

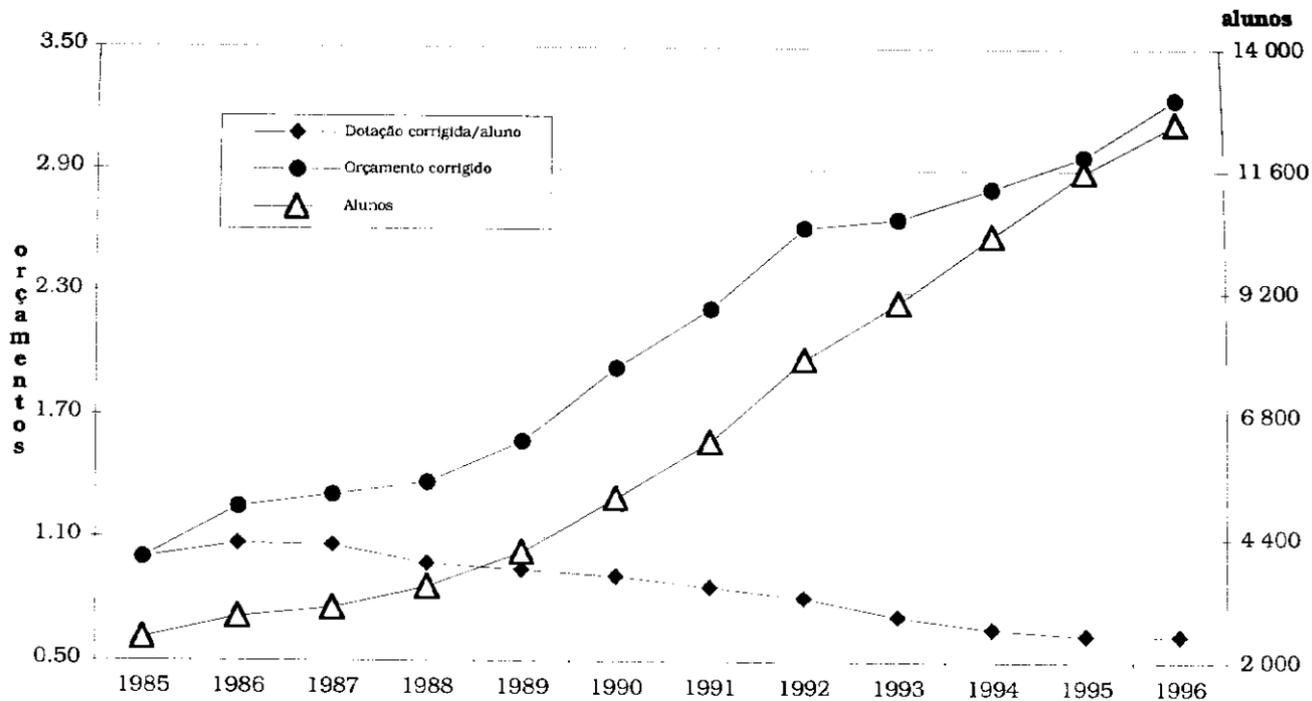
• efeito da alteração das remunerações da car. docente em 1987: 7 %

• efeito do I.P. em 1988: 11.3 %

• efeito do IRS em 1989: 4.9 %

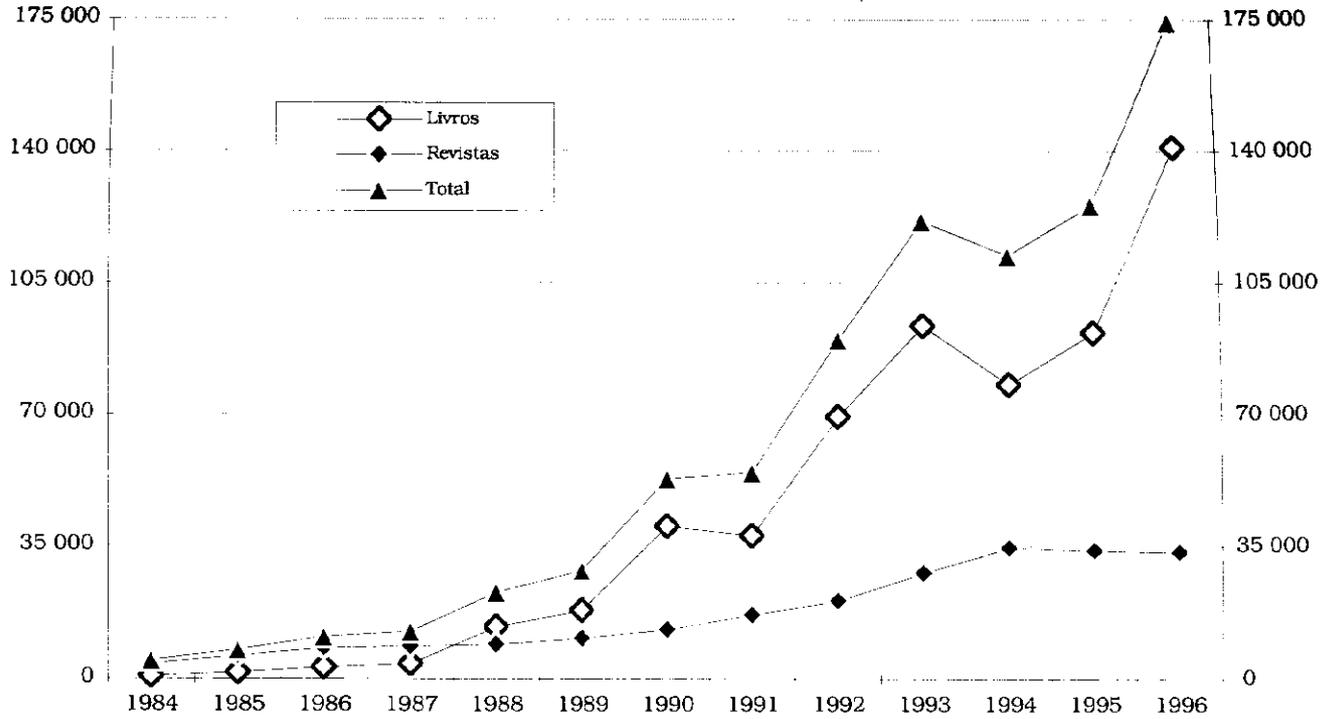
• efeito da revalor. salarial dos docentes em 1996: 4 % sobre 0.80*0.70.

**EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRIGIDO E DA DOTAÇÃO POR ALUNO
(BASE 1985)
EVOLUÇÃO DO N° DE ALUNOS**



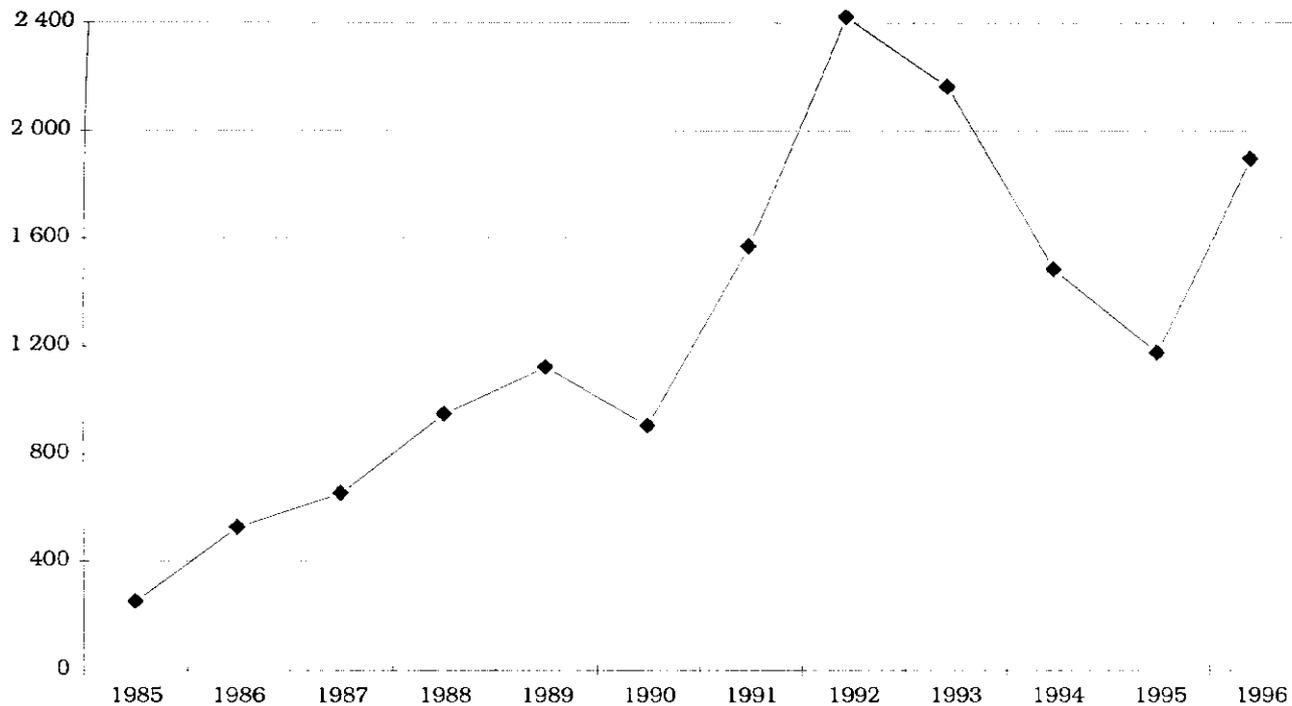
BIBLIOGRAFIA

contos



INVESTIMENTO (OBRAS E EQUIPAMENTOS)

milhares
de contos



ANEXO III

INDICADORES DE CRESCIMENTO

1984/85 — 1996/97

PESSOAL DOCENTE

Ano	Docentes (n° global)	Docentes Carreira	Convvidados (ETI)	Monitores *	Total ETIs	Doutorandos	Bolsistas	ETIs em serviço	Alunos	Alunos/ETI	Alunos/ETI-serv.
1984/85	313	261	22	23	290	66	37	253	2 448	8.4	9.7
1985/86	364	288	33	32	331	79	54	277	2 863	8.6	10.3
1986/87	406	303	37	53	356	89	51	305	3 032	8.5	9.9
1987/88	414	311	41	52	368	93	69	299	3 446	9.4	11.5
1988/89	462	349	48	54	413	101	70	343	4 106	9.9	12.0
1989/90	487	364	70	42	447	117	74	373	5 168	11.6	13.9
1990/91	584	417	95	56	529	134	81	448	6 284	11.9	14.0
1991/92	671	471	119	66	610	154	84	526	7 882	12.9	15.0
1992/93	728	533	117	55	667	173	90	574	9 008	13.5	15.7
1993/94	756	592	117	24	716	196	92	624	10 321	14.4	16.5
1994/95	810	638	120	29	767	225	106	661	11 574	15.1	17.5
1995/96	872	680	115	53	811	242	134	677	12 529	15.4	18.5
1996/97	944	739	121	61	878	276	144	734	13 702	15.6	18.7

* 1 mentor = 0.30 ETI

ALUNOS

Ano	Alunos	Cursos*	n.c.	Graduados*
1984/85	2 448	17	390	224
1985/86	2 863	17	414	231
1986/87	3 032	19	467	258
1987/88	3 446	23	664	302
1988/89	4 106	25	749	271
1989/90	5 168	28	1 040	339
1990/91	6 284	29	1 130	448
1991/92	7 882	40	1 450	580
1992/93	9 008	41	1 375	844
1993/94	10 321	47	1 799	889
1994/95	11 574	48	1 730	1 163
1995/96	12 529	48	1 910	1 240
1996/97	13 702	52	2 075	

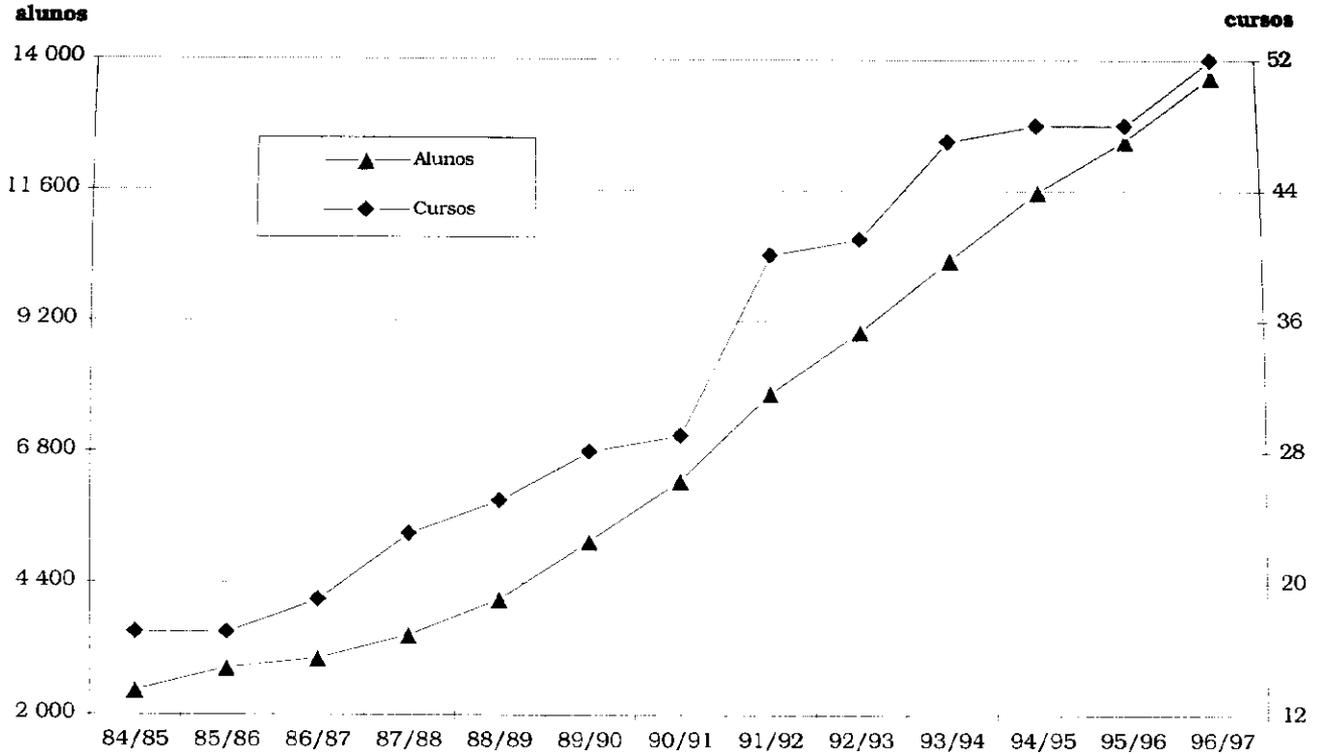
* - não inclui pós-graduação

PESSOAL NÃO DOCENTE

Ano	Pessoal com vínculo à U. M.	Pessoal destacado/requisitado*	Pessoal a termo certo ou em aquisição de serviços	Total de unidades
1984/85	239	8	70	317
1985/86	301	8	30	339
1986/87	301	2	63	366
1987/88	292	4	88	384
1988/89	326	1	59	386
1989/90	333	1	68	402
1990/91	359	2	64	425
1991/92	375	2	86	463
1992/93	364	2	102	468
1993/94	361	-4	128	485
1994/95	374	3	171	548
1995/96	385	-3	177	559
1996/97	376	-5	213	584

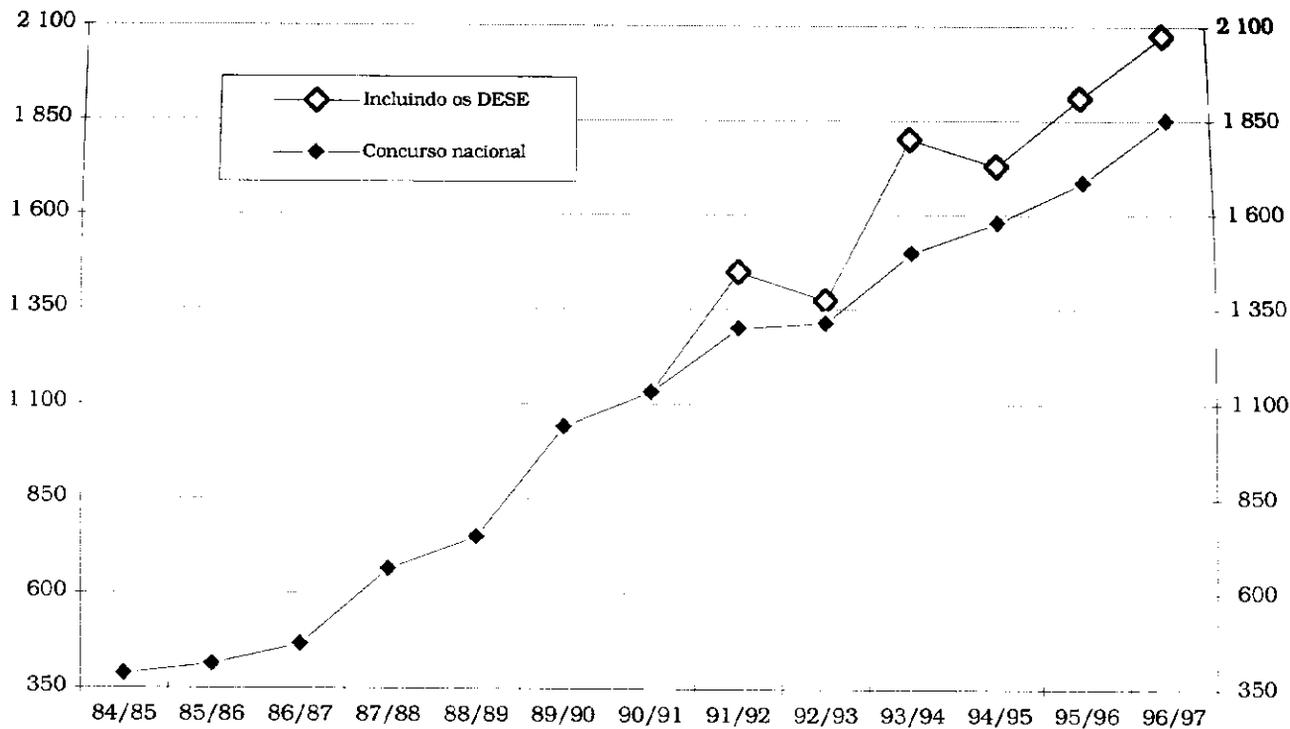
* - saldo

ALUNOS E CURSOS

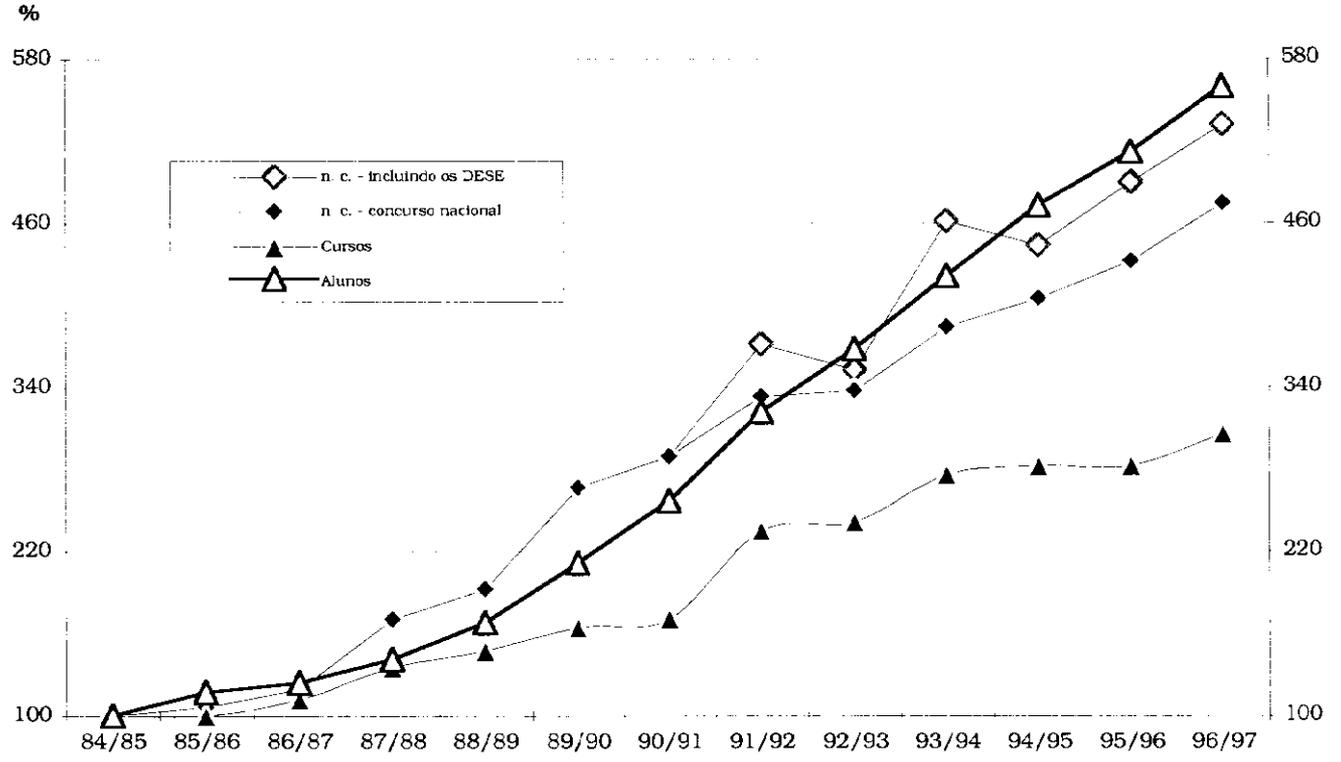


NUMERUS CLAUSUS

n. clausus

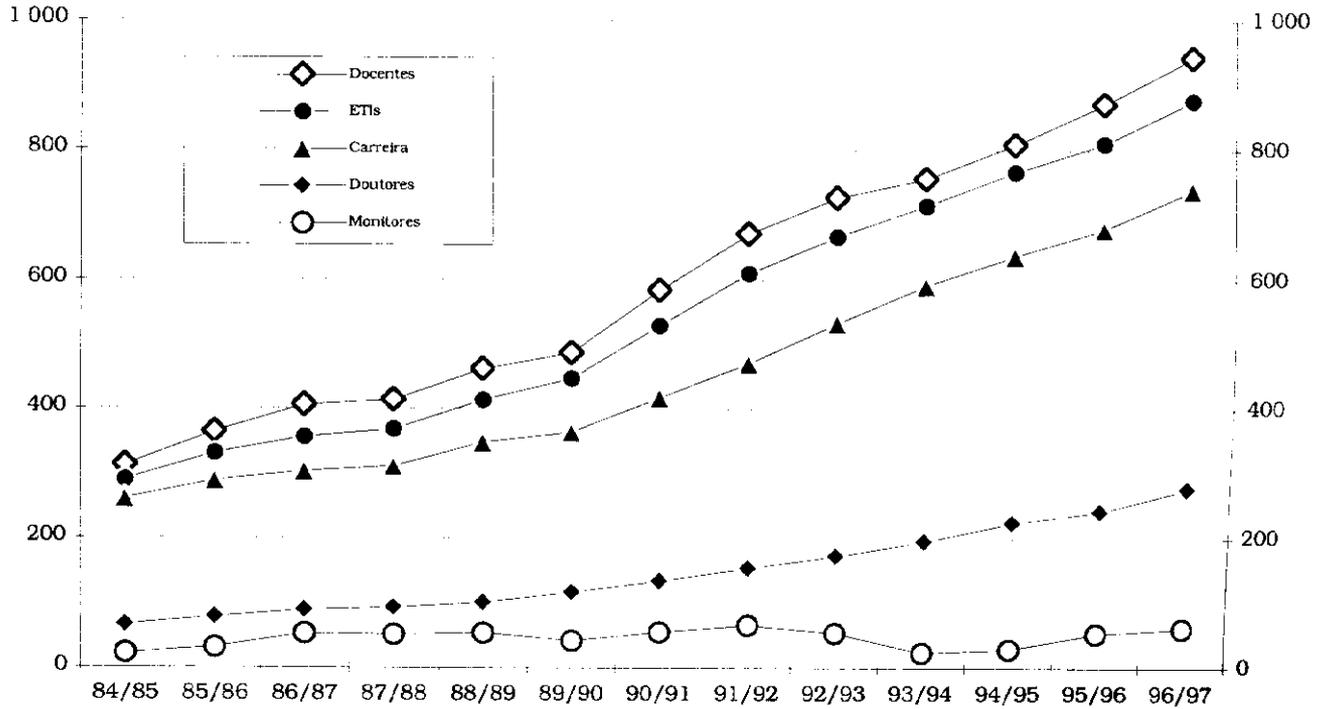


VARIAÇÃO PERCENTUAL (BASE 1984/85)

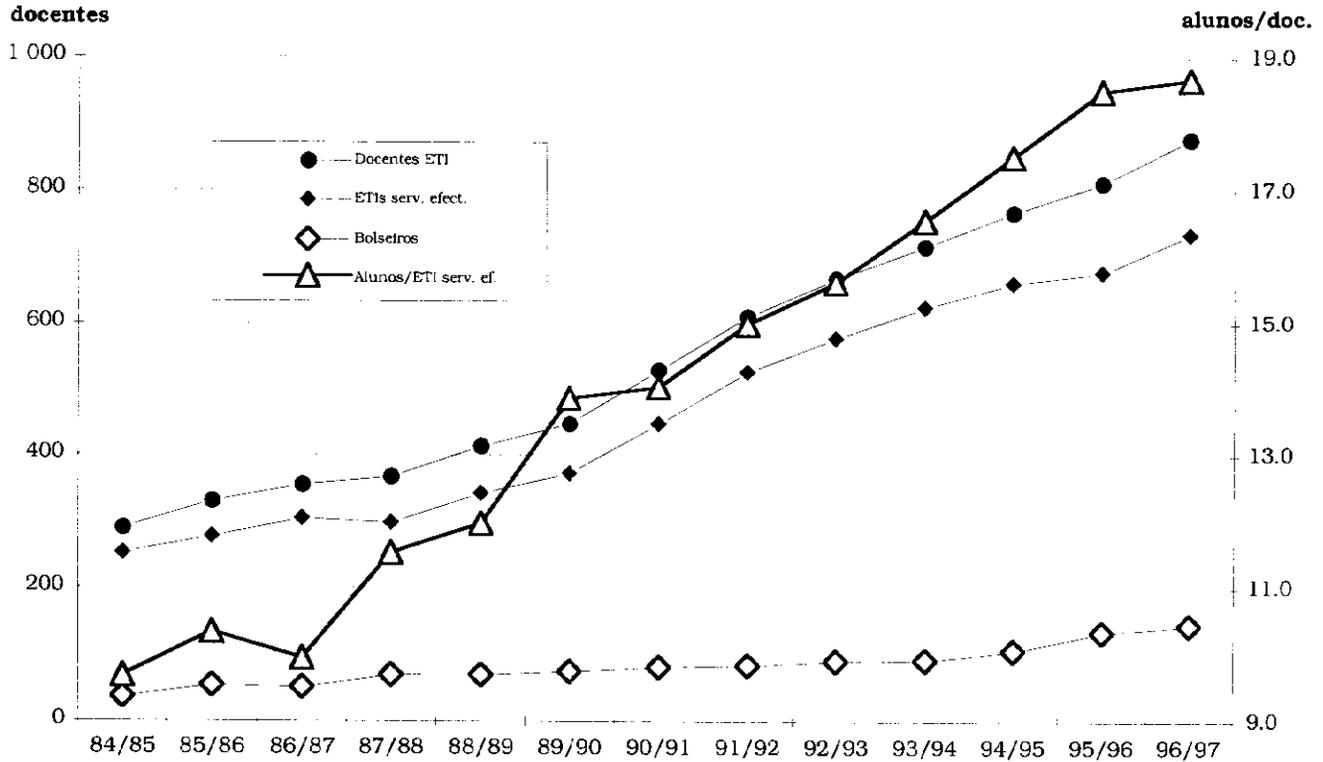


PESSOAL DOCENTE

docentes

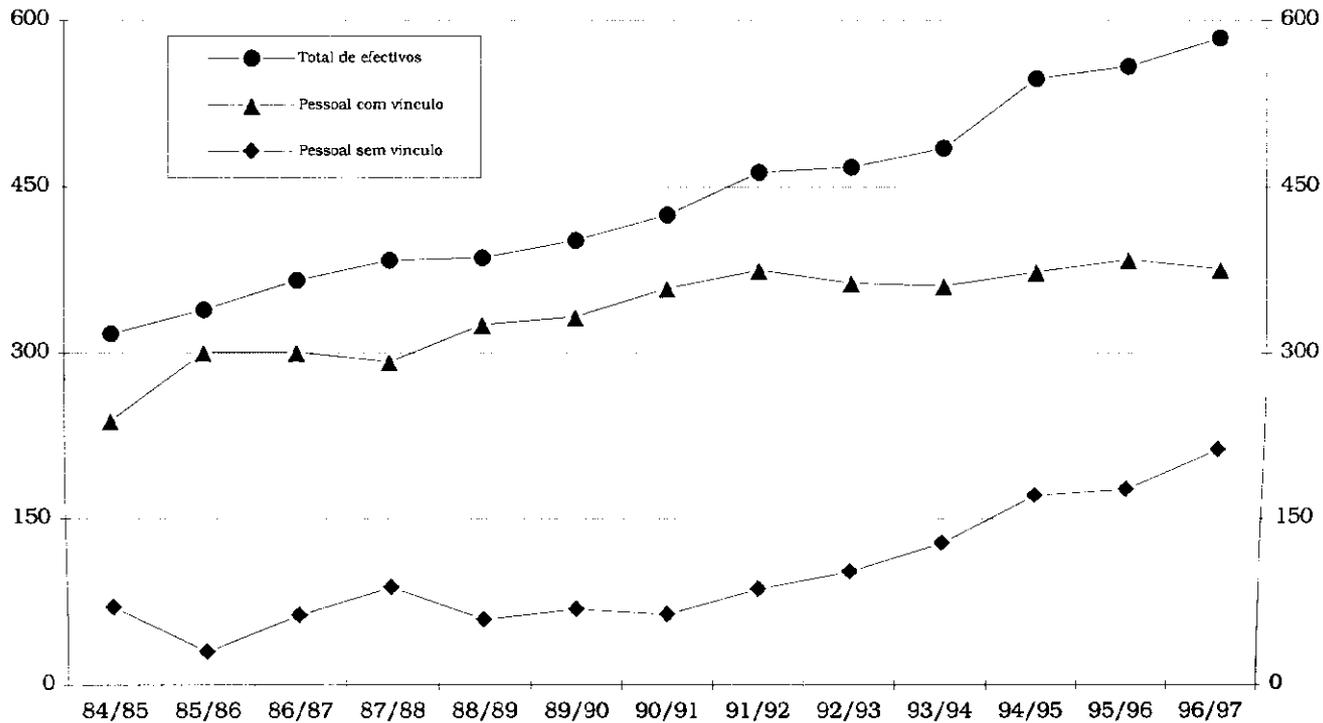


ALUNOS/DOCENTE



PESSOAL NÃO DOCENTE

funcionários



ANEXO I V

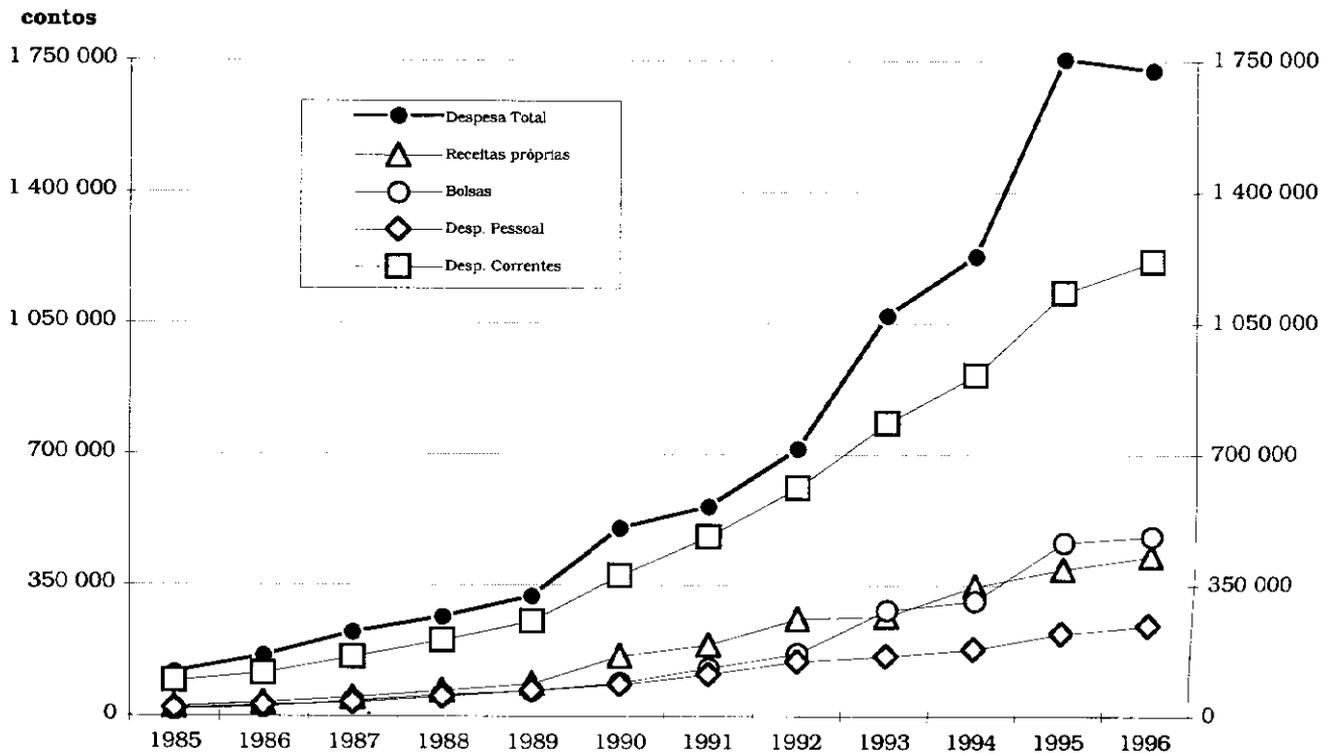
SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL
Indicadores de Funcionamento
1985 — 1996

INDICADORES DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL

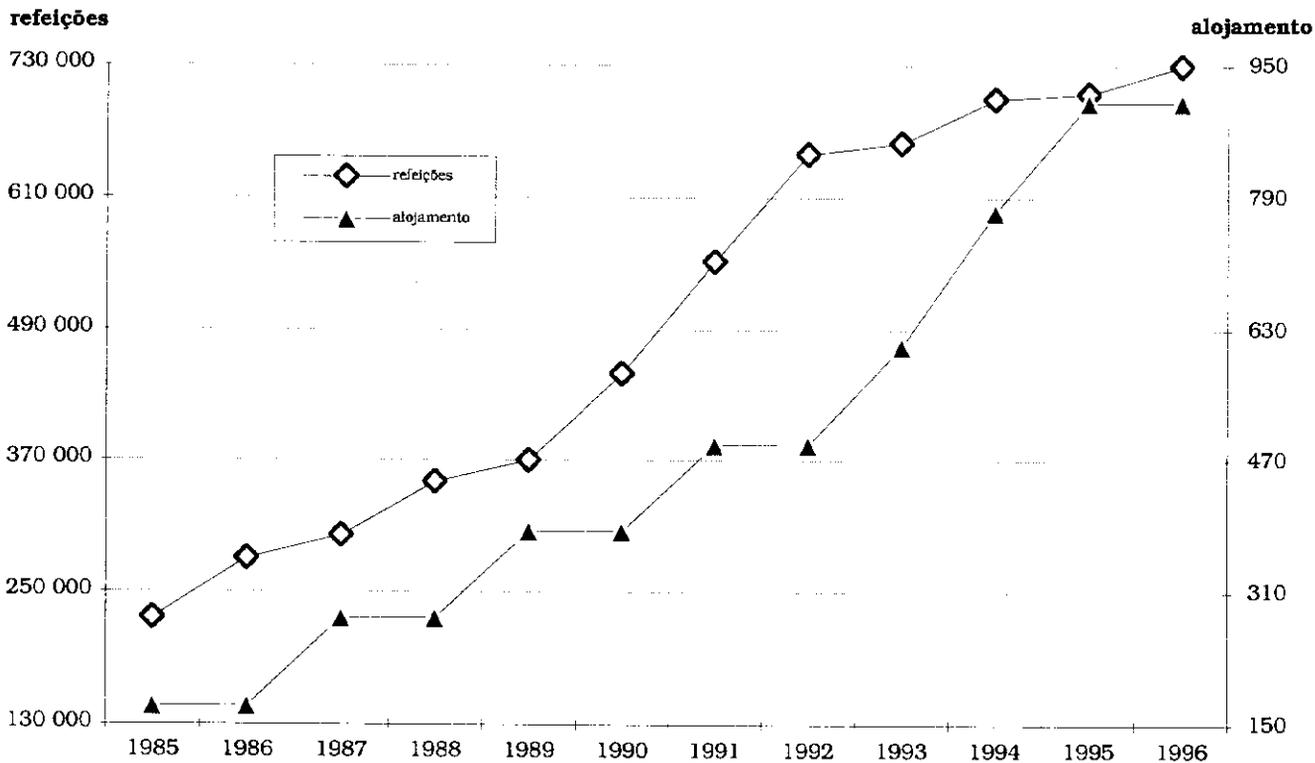
Ano	Alunos	DESPESA			Receitas próprias* (contos) (% da desp. corrente)	Encargos sectoriais		Refeições servidas	Alunos alojados
		D. correntes (contos) (% total)	Capital (contos) (% total)	Total (contos)		Pessoal (contos) (% da despesa corrente)	Bolsas (contos) (% da despesa corrente)		
1985	2 448	93 701 79.9 %	23 589 20.1 %	117 290	25 000 26.7 %	20 597 22.0 %	18 927 20.2 %	226 400	172 7.0%
1986	2 863	115 860 72.3 %	44 408 27.7 %	160 268	36 057 31.1 %	29 919 25.8 %	26 150 22.6 %	280 780	172 6.0%
1987	3 032	158 918 70.9 %	65 381 29.1 %	224 299	50 121 31.5 %	36 251 22.8 %	41 786 26.3 %	302 147	279 9.2%
1988	3 446	203 672 77.1 %	60 362 22.9 %	264 034	69 335 34.0 %	53 308 26.2 %	58 245 28.6 %	350 713	279 8.1%
1989	4 106	254 127 79.6 %	64 967 20.4 %	319 094	88 189 34.7 %	68 530 27.0 %	69 373 27.3 %	370 500	385 9.4%
1990	5 168	375 820 74.9 %	125 888 25.1 %	501 708	162 281 43.2 %	84 697 22.5 %	89 542 23.8 %	450 000	385 7.4%
1991	6 284	479 795 85.6 %	80 882 14.4 %	560 677	190 853 39.8 %	112 187 23.4 %	129 318 27.0 %	552 000	489 7.8%
1992	7 882	610 428 85.6 %	102 580 14.4 %	713 008	259 565 42.5 %	148 259 24.3 %	168 308 27.6 %	650 000	489 6.2%
1993	9 008	783 955 73.1 %	287 809 26.9 %	1 071 764	267 638 34.1 %	161 683 20.6 %	282 874 36.1 %	660 000	610 6.8%
1994	10 321	911 726 74.1 %	318 755 25.9 %	1 230 481	348 733 38.2 %	180 671 19.8 %	307 406 33.7 %	700 000	773 7.5%
1995	11 525	1 132 211 64.5 %	622 810 35.5 %	1 755 021	392 956 34.7 %	220 118 19.4 %	465 639 41.1 %	705 000	906 7.9%
1996	12 435	1 215 600 70.5 %	508 152 29.5 %	1 723 752	428 143 35.2 %	241 896 19.9 %	480 738 39.5 %	730 000	906 7.3%

* - Inclui as verbas de propinas, a partir de 1993.

ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL



SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL



INDICE

	Pág.
NOTA DE ABERTURA	3
1. CORPO DISCENTE	5
2. PESSOAL DOCENTE E INVESTIGADOR	7
3. PESSOAL NÃO DOCENTE	10
4. CURSOS	13
5. INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	16
6. UNIDADES ORGÂNICAS	18
7. SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL	20
8. INSTALAÇÕES	22
9. ORÇAMENTO	24
NOTA DE FECHO	27

	Pág.
ANEXO I EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE	29
ANEXO II EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL 1985 — 1996	35
ANEXO III INDICADORES DE CRESCIMENTO 1984/85 — 1995/97	47
ANEXO IV SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL Indicadores de Funcionamento 1985 — 1996	63